

# Avaliação do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, frente ao PIB per capita do município de Castanhal, Pará



*Arleson Eduardo Monte Palma Lopes<sup>1</sup>*

*Sarah Maria da Silva Martins Pereira<sup>2</sup>*

*Patrícia da Trindade Soares<sup>3</sup>*

## RESUMO

Em contextos de crescente urbanização e de desafios socioeconômicos, os municípios desempenham um papel crucial na promoção do desenvolvimento socioeconômico, ao buscar integrar inclusão social, equidade e desenvolvimento sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. O objetivo deste artigo é avaliar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), em relação à evolução do PIB per capita do município de Castanhal, no estado do Pará, no período de 2005 a 2016. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem descritiva, de cunho quantitativo, utilizando dados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No período analisado, constatou-se que o município de Castanhal apresentou crescimento no IFDM Saúde, enquanto o IFDM Educação se manteve constante. Em relação ao IFDM Emprego & Renda, observou-se um decréscimo, embora o PIB per capita tenha se mantido crescente. Portanto, projetar políticas públicas de desenvolvimento específicas para cada realidade municipal e acompanhar o processo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, visando melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, constituem desafios para os formuladores de políticas públicas de desenvolvimento municipal, sobretudo no estado do Pará.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento socioeconômico. IFDM. PIB per capita. Castanhal.

---

<sup>1</sup> Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Mestre em Economia Aplicada - UFPA (2021). E-mail: arlesonlopes93@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Graduação em Direito pela Estácio de Sá. E-mail: sarahmmaria8423@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Graduação em Geofísica - UFPA. E-mail: pat.ufpa@gmail.com.

## **ABSTRACT**

In contexts of increasing urbanization and socioeconomic challenges, municipalities play a crucial role in promoting socioeconomic development by seeking to integrate social inclusion, equity, and sustainable development, aiming to improve the quality of life of citizens. The objective of this article is to evaluate the FIRJAN Municipal Development Index (IFDM) in relation to the evolution of the GDP per capita of the municipality of Castanhal, in the state of Pará, from 2005 to 2016. From a methodological point of view, the research adopts a descriptive, quantitative approach, using data from the FIRJAN Municipal Development Index and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). During the period analyzed, it was found that the municipality of Castanhal showed growth in the IFDM Health, while the IFDM Education remained constant. Regarding the IFDM Employment & Income, a decrease was observed, although the GDP per capita continued to grow. Therefore, designing specific public development policies for each municipal reality and monitoring the socioeconomic development process of municipalities, aiming at improvements in the quality of life of citizens, constitute challenges for formulators of public municipal development policies, especially in the state of Pará.

**Keywords:** Socioeconomic Development. IFDM. GDP per capita. Castanhal.

## INTRODUÇÃO

Ao longo da História, a evolução do conceito de desenvolvimento tem sido influenciada por pensadores e por teorias, que buscaram compreender os progressos social, econômico e ambiental das sociedades, indo das contribuições pioneiras de Adam Smith, com foco no crescimento econômico impulsionado pelo livre mercado, às abordagens mais contemporâneas, de pensadores como Amartya Sen, que expandiram o escopo de desenvolvimento pela inclusão de dimensões, como bem-estar humano, igualdade e sustentabilidade, com o objetivo de compreender o desenvolvimento em uma perspectiva multidimensional.

Ao implementar políticas de desenvolvimento nas cidades, sob uma perspectiva multidimensional, deve-se considerar aspectos além do crescimento econômico, como bem-estar humano, inclusão social, cultura, política e sustentabilidade. Sen (1999) argumenta que o desenvolvimento é concebido, a partir de uma perspectiva de liberdade, realçando a importância das capacidades humanas, para lograr desenvolvimento e para gerar melhorias na qualidade de vida das pessoas, consequentemente.

A urbanização acelerada apresenta desafios complexos, como a necessidade de garantir a inclusão social, a equidade e o desenvolvimento sustentável, em meio ao crescimento populacional, atrelado às demandas por serviços urbanos. Na visão de Bresser-Pereira (1984), o Estado assume o papel de protagonista na promoção do progresso social, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento orientadas a estruturar cidades econômica, social e ambientalmente mais justas, e com respeito à diversidade cultural, buscando melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

A construção de um índice e/ou um indicador que considere os aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais em seu escopo, buscando o progresso urbano, em direção a um futuro mais sustentável e inclusivo para todos os cidadãos, em especial no Brasil, é um desafio, até o presente momento, devido à diversidade socioeconômica do país. Visando preencher este *gap*, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) criou o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o objetivo de mensurar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios brasileiros, considerando as dimensões educação, saúde e emprego e renda (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018).

Barroso *et al.* (2022) analisaram a ocorrência de relações entre os dispêndios públicos em educação, em saúde e em trabalho e os resultados do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal para cidades do estado de São Paulo, em que observaram a inexistência de ligações entre os gastos do governo em saúde e em educação e os números do IFDM. Em relação aos dispêndios com trabalho, os autores constataram que a maioria dos municípios paulistas não realizou tais investimentos.

A pesquisa de Silva, Brito e Vieira (2019) teve, como objetivo, verificar se a evolução do PIB *per capita* do município de São José dos Campos (SP) tem reflexo nas dimensões Educação, Saúde e Emprego & Renda do IFDM, constatando que, entre 2010 e 2016, o PIB *per capita* (deflacionado) do município decresceu, enquanto os índices do IFDM não acompanharam a evolução daquele indicador econômico, ou seja, os resultados demonstram a existência de diferenças entre crescimento econômico e desenvolvimento.

Por fim, Lopes e Rosario (2022), ao analisarem o desenvolvimento econômico do município de Parauapebas (PA) no período de 2010 a 2016, por meio dos apontadores Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e PIB *per capita*, observaram uma relação direta entre PIB

per capita e IFDM Emprego & Renda, pois as oscilações no PIB per capita do município refletiram de forma semelhante no IFDM Emprego & Renda. Em relação aos IFDM Educação e Saúde, os autores constaram que, entre 2010 e 2016, esses apresentaram melhorias, sendo que o IFDM Saúde alcançou o patamar de alto estágio de desenvolvimento.

Com base nos estudos já realizados, o presente artigo tem, como objetivo, avaliar o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), em relação à evolução do PIB per capita do município de Castanhal, no estado do Pará, no período de 2005 a 2016.

## MULTIDIMENSIONALIDADE DO DESENVOLVIMENTO

O conceito de desenvolvimento tem sido uma questão central nas ciências sociais e econômicas, e sua compreensão evoluiu, ao longo do tempo, influenciada por diversas teorias e pensadores, conseqüentemente a concepção de desenvolvimento transcende a mera noção de crescimento econômico e abrange um conjunto mais amplo de dimensões, como sustentabilidade, inclusão social, preservação ambiental e bem-estar humano. Bellingieri (2019) argumenta que a construção do conceito de desenvolvimento sofreu modificações, ao longo do tempo: (i) desenvolvimento como crescimento econômico; (ii) desenvolvimento na perspectiva humana; (iii) desenvolvimento como liberdade; (iv) desenvolvimento sustentável; entre outras evoluções.

Um dos principais expoentes da economia clássica, e amplamente conhecido por sua obra *A riqueza das nações*”, publicada originalmente em 1776, Adam Smith (1996) argumentava que o desenvolvimento econômico era alcançado, por meio das buscas pelo interesse próprio e pela livre concorrência de mercado, conseqüentemente, quando os indivíduos buscam seus interesses pessoais, isso leva a maiores produção e especialização, gerando riqueza e crescimento econômico para a sociedade como um todo.

O avanço no debate a respeito das dimensões do desenvolvimento é trazido por David Ricardo (1996), em cuja obra, *Princípios de economia política e tributação*, escrita em 1817, argumenta que o desenvolvimento econômico se daria pela combinação entre capital, maquinário e trabalho, na qual a sociedade era assim categorizada: (i) dono da terra; (ii) dono do capital, que detém os recursos para financiar a produção; e (iii) trabalhadores, que compõem a força de trabalho. Na visão ricardiana, cada nação se encontra em estágios diferenciados de desenvolvimento, vinculados à capacidade de acumulação de capital, à fertilidade do solo e à população (Lopes; Santos; Alencar, 2022).

Viana e Lima (2010) afirmam que, na escola clássica da economia, os fatores determinantes para a geração de riqueza e para o crescimento econômico são explicados, por meio dos fatores de produção, vinculados: (i) a terras cultiváveis e recursos naturais; (ii) ao capital, o qual inclui maquinários, equipamentos e edificações; e (iii) o trabalho, que está relacionado às forças de trabalho físicas e intelectuais. Apesar das importantes contribuições de Smith e de Ricardo para as concepções das dimensões de desenvolvimento, seus métodos se conectavam principalmente ao crescimento econômico, com ênfases na acumulação de riqueza e na prosperidade material, negligenciando outras dimensões essenciais do desenvolvimento, como questões sociais, ambientais e de distribuição de renda.

Sen (1999), ao discutir desenvolvimento pela perspectiva das liberdades, incorpora novas dimensões no escopo do desenvolvimento, as quais devem ser consideradas em uma análise multidimensional do desenvolvimento, como liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e seguranças protetoras.

O desenvolvimento não pode ser mensurado apenas pelo crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas deve ser avaliado, em termos das capacidades das pessoas de realizar escolhas e de ter acessos a oportunidades significativas (Sen, 1999). Silva (2011) argumenta que a teoria de Sen é vislumbrada, por meio dos papéis constitutivo e instrumental, em que o papel constitutivo está vinculado à liberdade substantiva, tendo o objetivo de evitar privações, enquanto o papel instrumental se relaciona aos diferentes níveis de direitos e de oportunidades, que permitem a expansão da liberdade.

Sachs (2008, 2010) defende que o desenvolvimento deve ser vislumbrado, a partir do desenvolvimento sustentável, o qual tem, como escopo, as dimensões social, ambiental, territorial, econômica e política. Nascimento (2012) ressalta que, embora a literatura apresente diversas dimensões, relacionadas ao desenvolvimento sustentável, foi estabelecido um consenso, pelo qual o desenvolvimento sustentável é constituído das dimensões ambiental, social e econômica.

Nascimento (2012), ao tecer críticas às dimensões (econômica, social e ecológica) adotadas no escopo do desenvolvimento sustentável, pela comunidade acadêmica, pelas entidades civis e pelos órgãos governamentais, alerta que as dimensões política e de poder deveriam ser incorporadas, por influenciarem as políticas de desenvolvimento, seja em questões econômicas, sociais, ambientais e culturais, consequentemente impactando na qualidade de vida das pessoas, uma vez que a sociedade não é apolítica.

A incorporação das dimensões sociais, ambientais, política, de distribuição de renda, entre outras abordadas por Sen (1999) e por Sachs (2010) possibilita que o desenvolvimento seja concebido em uma perspectiva multidimensional, com ênfases nas diversidades socioeconômica, cultural e ambiental de cada território, bem como no papel do governo na construção de políticas públicas, que possam contemplar a complexidade presente no escopo do desenvolvimento (Andrade *et al.*, 2023; Barbosa Filho, 2017; Giambiagi, 2011; Massardi; Abrantes, 2015).

Devido ao caráter multidimensional do desenvolvimento, tem-se a necessidade de se recorrer a instrumentos métricos e a indicadores sociais, que possibilitem acompanhar e mensurar o nível de desenvolvimento, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que deu base à criação de outros indicadores, como o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, estruturado nas dimensões Emprego & Renda, Saúde e Educação (Barroso *et al.*, 2022).

## **ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL**

A Organização das Nações Unidas (ONU), com o objetivo de mensurar o nível de desenvolvimento das nações, utiliza o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como parâmetro. Devido à necessidade de monitorar o desenvolvimento socioeconômico das cidades brasileiras anualmente, o Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) criou, em 2008, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), com o objetivo de acompanhar a evolução socioeconômica em todo o território nacional, a partir da análise na menor divisão federativa do país (o município), considerando três áreas consagradas: Emprego & Renda; Educação; e Saúde (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018; Nascimento, 2022).

Os dados de cada dimensão são extraídos exclusivamente dos órgãos de estatísticas públicas oficiais dos ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, com periodicidade



anual, com recorte municipal e com abrangência nacional. O parâmetro utilizado para obtenção dos resultados se utiliza das médias simples dos indicadores IFDM Emprego & Renda, IFDM Educação e IFDM Saúde. A metodologia possibilita mensurar o nível de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, permitindo a elaboração de políticas públicas que contemplem cada área do IFDM (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018), conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Variáveis que compõem o IFDM

IFDM		
EMPREGO & RENDA	EDUCAÇÃO	SAÚDE
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Geração de emprego formal</li> <li>• Taxa de formalização do mercado de trabalho</li> <li>• Geração de renda</li> <li>• Massa salarial real no mercado de trabalho formal</li> <li>• Índice Gini de desigualdade de renda no trabalho formal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento à educação infantil</li> <li>• Abandono no ensino fundamental</li> <li>• Distorção idade-série no ensino fundamental</li> <li>• Docentes com ensino superior no ensino fundamental</li> <li>• Média de horas aula diárias no ensino fundamental</li> <li>• Resultado do IDEB no ensino fundamental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporção de atendimento adequado de pré-natal</li> <li>• Óbitos por causas mal definidas</li> <li>• Óbitos infantis por causas evitáveis</li> <li>• Internação sensível à atenção básica</li> </ul>
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2018).

O índice IFDM, gerado a partir da média simples dos elementos do Quadro 1, varia de 0 a 1, assim, quando o município alcança o patamar 1, é considerado em alto estágio de desenvolvimento (Medeiros; Santos; André, 2018). O intervalo ainda é dividido em quatro subintervalos, com valores de referência para classificar os estágios de nível de desenvolvimento dos municípios, apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Estágios de desenvolvimento do IFDM

VALOR DO ÍNDICE	ESTÁGIO DE DESENVOLVIMENTO
Município com IFDM entre 0,8 e 1,0:	<b>ALTO</b>
Município com IFDM entre 0,6 e 0,8:	<b>MODERADO</b>
Município com IFDM entre 0,4 e 0,6:	<b>REGULAR</b>
Município com IFDM entre 0,0 e 0,4:	<b>BAIXO</b>

Fonte: Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (2018).

O IFDM apresenta uma defasagem temporal de dois anos, em média. A explicação é atribuída às publicações das estatísticas, pelos ministérios do Trabalho, da Educação e da Saúde, que divulgam seus resultados em diferentes períodos e defasagens de tempo. Contudo, o índice torna possível acompanhar a superação dos principais desafios socioeconômicos das cidades brasileiras, bem como deixar em evidência pontos a serem melhorados nas políticas públicas municipais, para as melhorias nos níveis de emprego e renda, de educação infantil e fundamental e de atenção básica em saúde (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018).

O Índice FIRJAN tem sido utilizado em inúmeros trabalhos acadêmicos, para fins de pesquisas científicas sobre os estudos sociológicos nas cidades brasileiras. Por exemplo, Paschoalin (2023) aplicou a metodologia, visando analisar a atuação do Instituto Federal de Educação do Amapá (IFAP) no desenvolvimento local dos municípios de Macapá e de Laranjal do Jari; Rodrigues (2022) fez uso do IFDM para elucidar os impactos socioeconômico-ambientais da instalação do *campus* universitário Tocantins/Cametá, da UFPA, na região; e Rocha (2018) utilizou o IFDM para abordar o potencial papel das universidades públicas da Microrregião Bragantina (PA) como agentes dinamizadores das perspectivas social, econômica e ambiental.

Com o IFDM, os estudos acadêmicos adquirem a possibilidade de investigar o desenvolvimento anual de todos os municípios brasileiros nas dimensões socioeconômicas, educacionais e de saúde pública. Apesar da limitação presente no cálculo do índice, quanto à dependência das publicações das estatísticas públicas, a ferramenta proporciona importantes norteadores para a administração do país, além de propiciar análises, que vão dos recortes territoriais mais afastados dos centros urbanos às grandes metrópoles, oportunizando balizadores para tomadas de decisões dos gestores das esferas municipais, estaduais e federais do Brasil.

## **METODOLOGIA**

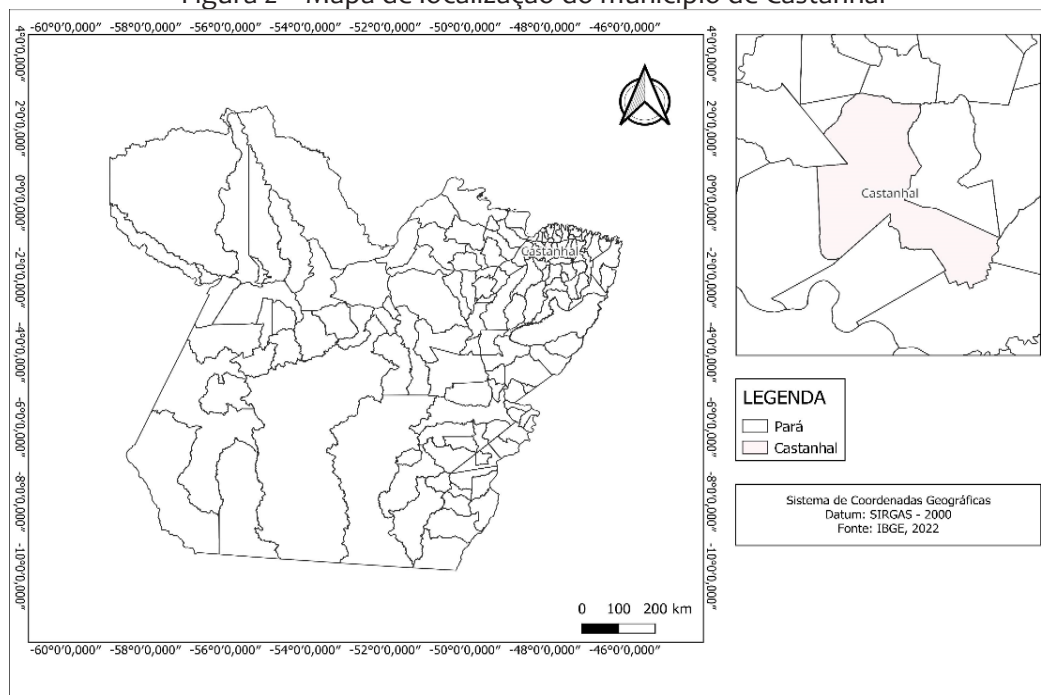
No percurso metodológico, a classificação desta pesquisa é descritiva, que, nas visões de Gil (2002) e de Vergara (2009), objetiva descrever determinado fenômeno ou população, estabelecendo uma relação entre as variáveis que se pretender analisar. Quanto à forma de abordagem, esta pesquisa é caracterizada como quantitativa, que tem, como escopo, analisar a realidade, por meio de números, utilizando-se de técnicas e de procedimentos estatísticos, como média, moda, mediana, correlação, estatística descritiva (Silva; Menezes, 2005).

Nesse sentido, Mussi *et al.* (2019, p. 418) destacam que “[...] a pesquisa quantitativa pretende e permite a determinação de indicadores e tendências presentes na realidade, ou seja, dados representativos e objetivos, opondo-se à ciência aristotélica, com a desconfiança sistemática das evidências e experiência imediata”.

O município de Castanhal pertence à Região Metropolitana de Belém, tem uma população de 192.262 habitantes, um PIB *per capita* de R\$ 21.122,55 e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,673 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2023). Em estudo divulgado pela Agência Pará em 2023, o município de Castanhal ocupava a nona posição entre os dez municípios com maiores PIB do estado do Pará em 2021 (Agência Pará, 2023). Quando analisados somente os municípios da região metropolitana do estado, Castanhal ocupa a terceira posição entre os maiores PIB, atrás de Ananindeua (na segunda posição) e de Belém (na primeira posição).

O município abastece cidades vizinhas com utensílios, com alimentos, com ferramentas e com materiais de construção e seu polo industrial atua nos ramos de calçados, têxtil, de pré-moldados, de material elétrico e de vestuário (Castanhal, 2018). Nesse sentido, a escolha de Castanhal como município de análise do IFDM se justifica pela sua representatividade para o estado paraense e pela sua interconexão com outros municípios paraenses, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Mapa de localização do município de Castanhal



Fonte: elaborado pelos autores.

Na primeira etapa, foram extraídos dados dos sítios do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e colocados em uma planilha do programa Microsoft® Excel® para Office 365 MSO (versão 2307, build 16.0.16626.20086). A base de dados do IFDM só disponibiliza informações até 2016, o que justifica a escolha do período entre 2005 e 2016 para análise. Na segunda etapa da pesquisa, os dados foram tabulados e organizados, para a construção de tabelas e de gráficos e para a obtenção de taxa de crescimento e de estatísticas descritivas, com suporte do software livre Gretl.

## EDUCAÇÃO, SAÚDE E EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE CASTANHALI

Ao analisar as estatísticas descritivas no período de 2005 a 2016, observaram-se as médias de 0,582 no IFDM Educação, de 0,644 no IFDM Saúde e de 0,755 no IFDM Emprego & Renda, além dos números 11.175 para o PIB *per capita* e de 0,660 para o IFDM Consolidado (Tabela 1). Em relação aos máximos, o IFDM Educação alcançou 0,661, o IFDM Saúde, 0,818, o IFDM Emprego & Renda, 0,851, o PIB *per capita*, 18.724, e o IFDM Consolidado, 0,729.



Tabela 1 – Estatísticas descritivas no período 2005-2016

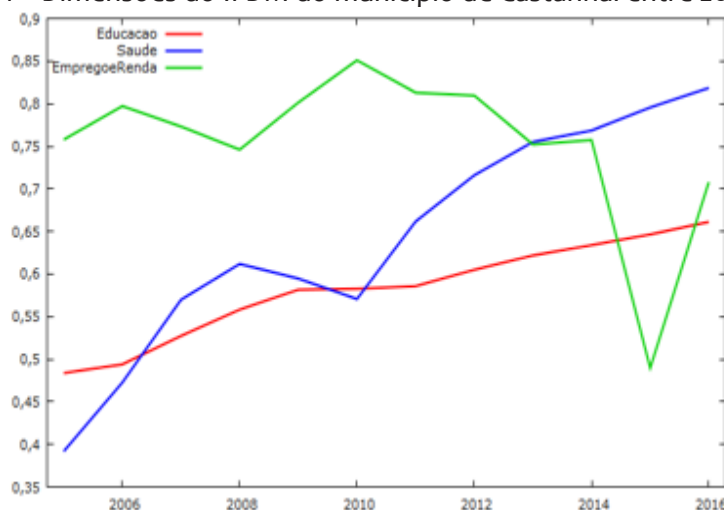
Variáveis	Média	Mediana	D. P.	Mín.	Máx.
IFDM Educação	0,582	0,584	0,0574	0,484	0,661
IFDM Saúde	0,644	0,637	0,133	0,392	0,818
IFDM Emprego & Renda	0,755	0,765	0,0917	0,490	0,851
PIB per capita	11.175	10.474	4.182	5.558	18.724
IFDM Consolidado	0,660	0,664	0,0560	0,544	0,729

Fonte: elaborado pelos autores

O desenvolvimento é vislumbrado como um processo contínuo e sistemático, que deve considerar dimensões econômicas, ambientais, políticas e sociais, que possibilitem melhorias na educação, na geração de emprego, na renda, no saneamento básico, na saúde, na habitação, entre outros fatores, que tragam melhores condições de vida à população e a consequente redução das desigualdades sociais, por meio da distribuição igualitária da riqueza (Massardi; Abrantes, 2015).

Ao observar as dimensões do IFDM para o município de Castanhal, constata-se que o IFDM Emprego & Renda sofreu oscilações entre 2005 e 2014, apresentando uma queda brusca em 2015, enquanto o IFDM Saúde apresentou crescimento, especialmente a partir de 2010, e o IFDM Educação não teve mudança significativas entre 2005 e 2016 (Gráfico 1). Como mencionado, os estudos de Silva, Brito e Vieira (2019) e de Barroso *et al.* (2022), que analisaram o IFDM de cidades do estado de São Paulo, constataram que uma das limitações dos municípios está vinculada à capacidade de geração de emprego e renda, fato que gera um processo de retração no IFDM Emprego & Renda, consequentemente, especialmente em períodos de crises econômicas.

Gráfico 1 – Dimensões do IFDM do município de Castanhal entre 2005 e 2016



Fonte: elaborado pelos autores.

Sen (1999) argumenta que o desemprego gera um processo de exclusão social de determinados grupos, causando perdas de autoconfiança, de autonomia e de saúdes física e psicológica, que não se vinculam somente à perda de renda, mas constituem efeitos debilitadores das capacidades individuais, gerando a necessidade de implementação de políticas públicas, que visem reduzir os níveis do indicador. Sachs (2010) alerta para a crise

social do trabalho, em que as classes mais pobres não têm oportunidades de trabalho digno e se submetem a condições e a ambientes de trabalho precários; em parte, isso explica os debates sobre desemprego que deixam de lado a discussão do subemprego, que garante a sobrevivência, não necessariamente o desenvolvimento.

Na visão de Sen (1999), a privação das capacidades individuais tem uma relação positiva na composição de níveis baixos de renda, que podem ser explicados, em certa medida, pelo analfabetismo, por condições precárias de saúde, pela desnutrição e pela fome, elementos que caracterizam a pobreza, logo a privação das capacidades básicas não decorre exclusivamente da perda de renda e do desemprego. Silva (2011) argumenta que as capacidades devem ser garantidas, por meio de políticas públicas, que possibilitem que as pessoas ampliem suas necessidades básicas, com o objetivo de maximizar as capacidades individuais nos aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e de melhoria da qualidade de vida.

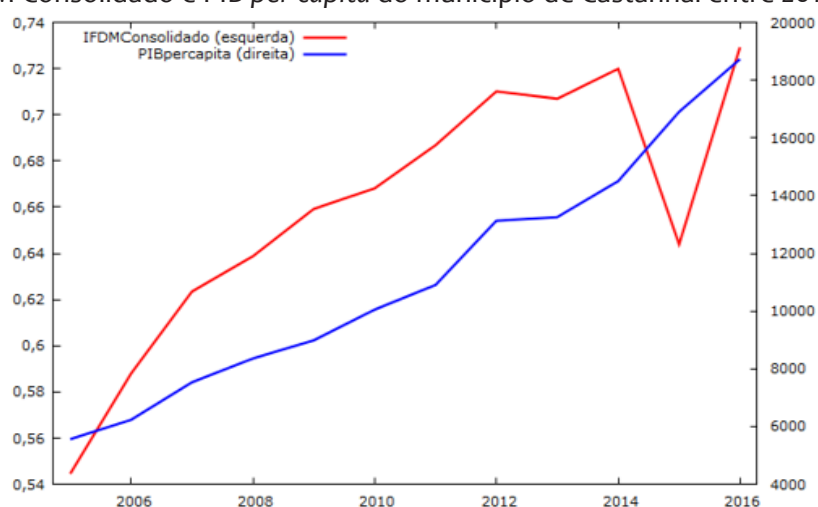
No Pará, somente 1,2% dos municípios alcançou um estágio de alto nível de desenvolvimento no IFDM Saúde em 2016. A maioria dos municípios do Estado se encontra em desenvolvimento moderado (42%), regular (43,4%) e baixo (10,5%), evidenciando a necessidade de melhoria na qualidade dos serviços na área da saúde para a população (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018). Observou-se que o IFDM Consolidado do município de Castanhal (Gráfico 2) apresentava crescimento exponencial entre 2005 e 2014, porém houve um decréscimo brusco em 2015, que em princípio pode ser explicado pela queda do IFDM Emprego & Renda, conforme Gráfico 1.

No Gráfico 2, também é possível constatar que o PIB *per capita* do município tem um crescimento linear no período analisado, em que fica evidenciado o nível de concentração da renda, tendo em vista que o indicador não sofreu influência com a queda do IFDM Emprego & Renda. Esse resultado diverge do do estudo de Lopes e Rosário (2022), que, ao analisarem o IFDM e o PIB *per capita* do município de Parauapebas (PA), constataram quedas no IFDM Consolidado e no PIB *per capita* no período de 2015. Os autores veem uma relação positiva entre IFDM Emprego & Renda e PIB *per capita*, uma vez que estas variáveis tiveram decréscimos proporcionais e exerceram influência no IFDM Consolidado da cidade em 2015.

Na economia clássica, as concentrações de capital e de meios de produção eram vislumbradas como políticas de desenvolvimento e/ou de crescimento econômico (Smith, 1996; Ricardo, 1996) de uma nação e, ao adotar a dimensão econômica como foco central do desenvolvimento, gerava-se externalidades negativas para a dimensão social do trabalho, como baixo nível salarial, intensificação da jornada do trabalho, com o objetivo de obter maior produtividade, trabalho informal, subcontratação e desigualdade de classe, devido à má distribuição da riqueza (Andrade *et al.*, 2023).

O decréscimo no IFDM Consolidado do município de Castanhal em 2015 é explicado pelas crises institucional e econômica brasileiras entre 2014 e 2017, que levaram o país a uma instabilidade fiscal e afetaram a capacidade de produção (Barbosa Filho, 2017). Na visão de Barbosa Filho (2017), a taxa de crescimento do Brasil foi de 4% ao ano para menos de 2% ao ano, chegando a um patamar de déficit primário de 2,7% em 2016. Viana e Lima (2010) afirmam que a redução do nível de desenvolvimento se vincula às dimensões das instabilidades política e social, às barreiras de acesso ao comércio e aos gastos do governo com consumo, que afetam diretamente as classes sociais mais vulneráveis da sociedade, especialmente devido ao alto nível de concentração de renda no Brasil.

Gráfico 2 – IFDM Consolidado e PIB per capita do município de Castanhal entre 2010 e 2016



Fonte: elaborado pelos autores.

O decréscimo no IFDM Consolidado do município de Castanhal em 2015 é explicado pelas crises institucional e econômica brasileiras entre 2014 e 2017, que levaram o país a uma instabilidade fiscal e afetaram a capacidade de produção (Barbosa Filho, 2017). Na visão de Barbosa Filho (2017), a taxa de crescimento do Brasil foi de 4% ao ano para menos de 2% ao ano, chegando a um patamar de déficit primário de 2,7% em 2016. Viana e Lima (2010) afirmam que a redução do nível de desenvolvimento se vincula às dimensões das instabilidades política e social, às barreiras de acesso ao comércio e aos gastos do governo com consumo, que afetam diretamente as classes sociais mais vulneráveis da sociedade, especialmente devido ao alto nível de concentração de renda no Brasil.

Ao analisar as taxas de crescimento das dimensões do IFDM e do PIB *per capita* do município entre 2005 e 2016, constatou-se que somente em 2009 e em 2010 o IFDM Saúde apresentou taxas de crescimento positivas (de 3% e de 4%) (Tabela 2). Ainda é possível observar que o IFDM Emprego & Renda apresentou taxas de crescimento positivas em 2007 (de 3%), em 2008 (de 4%), em 2012 (de 5%) e em 2014 (de 8%), enquanto o IFDM Educação e o PIB *per capita* não tiveram crescimento no período analisado.

Tabela 2 – Taxas de crescimento das dimensões do IFDM e do PIB *per capita* de Castanhal entre 2005 e 2016

Período	IFDM			PIB <i>per capita</i>
	Educação	Saúde	Emprego & Renda	
2005-2006	-2%	-17%	-5%	-11%
2006-2007	-6%	-17%	3%	-17%
2008-2009	-4%	-7%	4%	-10%
2009-2010	0%	3%	-7%	-7%
2010-2011	-1%	4%	-6%	-11%
2011-2012	-3%	-14%	5%	-8%
2012-2013	-3%	-8%	0%	-17%
2013-2014	-2%	-5%	8%	-1%
2015-2016	-2%	-2%	-1%	-9%

Fonte: elaborado pelos autores.

Os investimentos em educação se constituem em um instrumento importante, quando incorporados a uma política de desenvolvimento, por contribuir na melhoria da qualidade de vida, na redução do nível de pobreza, nas maiores produtividade e remuneração e na distribuição de renda, além de possibilitar efeitos multiplicadores nos níveis individual e coletivo, apesar desta não ser a única variável que explica o desenvolvimento (Lopes; Santos; Alencar, 2022; Sen, 1999).

Ao investir na saúde da sociedade, o governo cria externalidades positivas para a população, reduzindo a taxa de mortalidade infantil, aumentando a expectativa de vida, melhorando a qualidade de vida das classes sociais menos favorecidas, entre outros fatores, que contribuem para o desenvolvimento (Giambiagi, 2011). Sen (1999) e Silva (2011) argumentam que o acesso a serviços públicos, como os da área da saúde, por exemplo, assume um papel importante na qualidade de vida das pessoas, tanto no nível individual quanto na participação ativa em atividades econômicas e políticas, o que, dependendo da qualidade e da abrangência dos serviços ofertados pelo Estado, pode interferir significativamente no nível de liberdade substantiva das pessoas.

De 2010 a 2016, Castanhal passou a fazer parte dos dez primeiros municípios do *ranking* IFDM do estado do Pará, que inclui Parauapebas, Belém, Canaã dos Carajás, Castanhal, Paragominas e Santarém (Tabela 3). É importante observar que Castanhal é o único município vinculado à região metropolitana do estado, que se manteve no *ranking* entre 2010 e 2016, passando a ocupar o segundo lugar na listagem em 2016, enquanto a capital Belém ocupava a sétima posição no mesmo ano, apesar de oscilar entre a segunda e a quarta posições entre 2010 e 2015.

Tabela 3 - Posições dos principais municípios do estado do Pará no *ranking* IFDM entre 2010 e 2016

Municípios	Ranking IFDM 2010	Ranking IFDM 2011	Ranking IFDM 2012	Ranking IFDM 2013	Ranking IFDM 2014	Ranking IFDM 2015	Ranking IFDM 2016
Parauapebas	1	1	1	2	3	3	1
Belém	2	3	2	4	6	4	7
Canaã dos Carajás	3	2	5	1	1	1	8
<b>Castanhal</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>10</b>	<b>2</b>
Paragominas	5	7	6	7	8	5	4
Santarém	6	6	7	8	7	6	5

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao analisar o IFDM Consolidado dos dez primeiros municípios do estado do Pará no *ranking* IFDM entre 2010 e 2016, constata-se que Castanhal oscilou entre 0.6681 e 0.7292 e que somente o município de Parauapebas alcançou um patamar de IFDM Consolidado acima de 0.8 (taxa de desenvolvimento considerada alta), obtendo 0.8042 em 2012) (Tabela 4). A FIRJAN publicou uma análise especial do IFDM do estado do Pará em 2018, com base no ano de 2016, na qual constatou que apenas 21,7% dos municípios paraenses se encontram em um nível de desenvolvimento moderado, 77,5% apresentam desenvolvimento regular e 0,7% têm desenvolvimento baixo (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 2018). O estudo alerta que, apesar de os municípios do estado do Pará terem avançado nos seus níveis de desenvolvimento socioeconômico, nenhum deles alcançou um coeficiente de desenvolvimento considerado alto (acima de 0.8), quando se analisa o IFDM.

Tabela 4 – IFDM Consolidado dos principais municípios do estado do Pará entre 2010 e 2016

Municípios	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Parauapebas	0.7758	0.7856	0.8042	0.7365	0.7649	0.7115	0.7402
Belém	0.7087	0.7056	0.7268	0.7097	0.7071	0.7000	0.6918
Canaã dos Carajás	0.6799	0.7105	0.7006	0.7510	0.7766	0.7721	0.6834
<b>Castanhal</b>	<b>0.6681</b>	<b>0.6868</b>	<b>0.7101</b>	<b>0.7096</b>	<b>0.7199</b>	<b>0.6439</b>	<b>0.7292</b>
Paragominas	0.6666	0.6742	0.6950	0.6982	0.7046	0.6816	0.7259
Santarém	0.6529	0.6771	0.6895	0.6893	0.7054	0.6765	0.7089

Fonte: elaborado pelos autores.

Apesar de Castanhal estar entre os dez municípios mais bem posicionados no *ranking* IFDM do estado, o município não apresenta alto nível de desenvolvimento de fato, pois o IFDM mensura apenas as dimensões emprego e renda, saúde e educação, conseqüentemente não contempla o caráter multidimensional do desenvolvimento, possibilitando apenas uma avaliação interpretativa inicial do nível de desenvolvimento do município (Bellingieri, 2019).

## CONCLUSÃO

À medida que se incorporam novas variáveis ao constructo teórico do desenvolvimento, cria-se a necessidade de medir o nível de desenvolvimento dos municípios, por meio de indicadores e de índices, que levem em consideração a complexidade e as realidades dos diversos estágios de desenvolvimento socioeconômico, assim projetar políticas públicas de desenvolvimento específicas para cada realidade municipal e acompanhar o processo de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, visando melhorias na qualidade de vida dos cidadãos, constitui um desafio para os formuladores de políticas públicas de desenvolvimento municipais.

Os municípios brasileiros, na sua grande maioria, apresentam limitações nas gerações de emprego e de renda para a população, o que impacta o nível de desenvolvimento socioeconômico municipal, conseqüentemente. Em períodos de crises econômicas e de instabilidade política no país, os municípios são afetados diretamente, com aumento do desemprego e com redução da renda *per capita*, aspectos os quais influenciam a qualidade de vida das pessoas.

Nos resultados desta investigação, observou-se que Castanhal apresenta um estágio de desenvolvimento moderado nas dimensões Educação e Emprego & Renda, conforme a classificação do IFDM; em contrapartida, a dimensão Saúde coloca a cidade no nível alto de desenvolvimento. Em 2015, as dimensões Emprego & Renda e o IFDM Consolidado tiveram quedas bruscas, devido às crises econômica e institucional do país, entretanto o PIB *per capita* do município se manteve crescente neste período, gerando uma dicotomia entre emprego e renda e nível de concentração das riquezas do município.

Esses resultados demonstram o processo dualista presente no desenvolvimento socioeconômico do município de Castanhal, à medida que a evolução das variáveis estudadas é influenciada por fatores endógenos e exógenos, conseqüentemente apresentando desempenho diversificado, dependendo dos contextos econômicos do município e do país.



A concentração do nível de renda, atrelada ao baixo de nível de investimentos em educação e em saúde, faz com que a população não tenha acesso a serviços básicos, que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico de um município, tendo em vista que a literatura aponta que investimentos em áreas, como educação e saúde contribuem no incremento dos níveis de desenvolvimento socioeconômico de países e de municípios no longo prazo.

A limitação deste estudo se vincula à defasagem das bases de dados oficiais, o que impossibilita uma avaliação do desenvolvimento socioeconômico do município de Castanhal, a partir de 2016. Por fim, recomenda-se a constituição de um estudo comparativo entre os desenvolvimentos socioeconômicos dos municípios pertencentes à região metropolitana do estado do Pará e os dos municípios das demais regiões do país. objetivando analisar as distintas dinâmicas econômicas presentes nas regiões metropolitanas brasileiras.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA PARÁ. PIB apresenta crescimento em 134 municípios do Estado do Pará. 2023. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/50366/pib-apresenta-crescimento-em-134-municipios-do-estado-do-para>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ANDRADE, A. V. de et al. Abordagem territorial do desenvolvimento e sua dimensão social: proposta metodológica para mensuração. *Desenvolvimento em Questão*, ano 21, n. 59, e14532, p. 1-25, 2023. DOI:10.21527/2237-6453.2023.59.14532.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, v. 31, n. 89, jan./abr. 2017. DOI:10.1590/s0103-40142017.31890006.

BARROSO, J. A. et al. The effects of public spending on education, health and work on the performance of the FIRJAN Municipal Development Index in Cities in the State of São Paulo. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 1, p. e47811125215, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i1.25215.

BELLINGIERI, J. C. Mensurando o desenvolvimento dos municípios paulistas: uma descrição crítica do IDHM, IFDM e IPRS. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 41, p. 21-44, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/4774>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRESSER-PEREIRA, L. C. *Desenvolvimento e crise no Brasil: 1930-1983*. São Paulo: Editora 34, 1984.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM*. 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Análise Especial IFDM 2018 / Ano base 2016*: Pará. 2018. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/71/84/EC/4A/C86446107CD76446F8A809C2/Analise-Especial-PA-2018.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2023.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FIRJAN). *Anexo Metodológico – IFDM 2018 – Ano base 2016*. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/downloads/>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GIAMBIAGI, F. *Finanças públicas: teoria e prática no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/castanhal.html>. Acesso em: 01 jun. 2023.

LOPES, A. E. M. P.; ROSÁRIO, E. L. C. de. Desenvolvimento econômico municipal: uma análise do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal – IFDM e PIB per capita do município de Parauapebas – PA. *Cadernos CEPEC*, Belém, v. 11, n. 1, p. 51-64, jan./jun. 2022. DOI:10.18542/cepec.v11i1.13850.

LOPES, A. E. M. P.; SANTOS, J. N. A. de; ALENCAR, D. Contribuição da educação para o desenvolvimento econômico: reflexões teóricas. *Cadernos CEPEC*, Belém, v. 11, n. 2, p. 26-39, dez. 2022. DOI:10.18542/cepec.v11i2.14792.

MASSARDI, W. de O.; ABRANTES, L. A. Esforço fiscal, dependência do FPM e desenvolvimento socioeconômico: um estudo aplicado aos municípios de minas gerais. *REGE*, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 295-313, jul./set. 2015.

MEDEIROS, A. L.; SANTOS, L. B. dos; ANDRE, C. M. G. Desenvolvimento Municipal das Microrregiões do Estado do Tocantins: uma análise a partir do índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, n. 45, p. 44-62, 2018. DOI: 10.21527/2237-6453.2018.45.44-62.

MUSSI, R. F. de F. et al. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista SUSTINERE*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 414-430, jul./dez. 2019. DOI:10.12957/sustinere.2019.41193.

NASCIMENTO, E. P. do Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, 2012. DOI:10.1590/S0103-40142012000100005.

NASCIMENTO, M. R. S. do. *A Universidade Federal de Tocantins/campus de Arraias na consolidação do desenvolvimento socioeducacional: os indicadores sociais e as percepções dos sujeitos da região sudeste do Estado do Tocantins*. 2022. 311 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022.

PASCHOALIN, K. P. *Desenvolvimento local no Estado do Amapá: a contribuição do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari*. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/16193>. Acesso em: 28 mar. 2024.

CASTANHAL. Prefeitura Municipal de Castanhal. *A Cidade Modelo do Pará completa 86 anos*. 2018. Disponível em: <https://www.castanhal.pa.gov.br/a-cidade-modelo-do-para-completa-86-anos/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

ROCHA, F. de C. *O Potencial dos campi das universidades públicas da microrregião bragantina paraense para o desenvolvimento local*. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10871>. Acesso em: 28 mar. 2024.

RODRIGUES, L. B. *Universidade pública e desenvolvimento sustentável: os impactos socioeconômico-ambientais do Campus Universitário do Tocantins/Cametá – UFPA na percepção dos atores locais*. 2022. 232 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15038>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SACHS, I. Barricadas de ontem, campos de futuro. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, 2010. DOI:10.1590/S0103-40142010000100005.

SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação*. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

SILVA, R. A. da A Liberdade nas perspectivas teóricas de Milton Friedman e Amartya Sen. *Ciências Sociais em Perspectiva*, v. 10, n. 19, p. 155-168, 2º sem. 2011. DOI:10.48075/revistacsp.v10i19.4816.

SILVA, R. F. G.; BRITO, L. A. P. F. de; VIEIRA, E. T. Crescimento econômico e desenvolvimento econômico: uma análise pelo índice FIRJAN e PIB per capita do município de São José dos Campos – SP. *Gestão e Desenvolvimento em Revista*, v. 5, n. 2, p. 59-68, 2019. DOI: 10.48075/gdemrevista.v5i2.23340.

SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIANA, G.; LIMA, J. F. de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*, Campo Grande, v. 11, n. 2 p. 137-148, jul./dez. 2010. DOI:10.1590/S1518-70122010000200003.